

# TEORIAS AGENDA-SETTING E NEWSMAKING SÃO USADAS PELA IMPRENSA BRASILEIRA EM CONTEÚDOS PARA CRIMINALIZAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

REGINALDO MARCOS FÉLIX DE AGUIAR<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de abordagem interpretativa, os tipos de avaliações e posicionamentos que veículos da grande imprensa brasileira divulgam quando o assunto é reforma agrária e a democratização de acesso à terra. Os dois principais atores nesta disputa por espaço na mídia são movimentos sociais do campo / sindical e grandes produtores rurais, exportadores de commodities. Como suporte teórico para se fazer a análise crítica deste artigo são utilizadas as já tradicionais teorias *agenda-setting* (agendamento de temas a serem incorporados pela população em seus discursos e práticas) e *newsmaking* (filtros de assuntos abordados nos conteúdos veiculados com objetivo de direcionar a atenção). Assim, ao trazer à tona os tipos de avaliações e posicionamentos que são realizados pelos grandes veículos de imprensa, este artigo busca servir de subsídio na qualificação tanto dos profissionais da imprensa, quanto estudantes de jornalismo / comunicação, bem como trabalhadores e entidades que atuam no meio rural do Brasil.

**Palavras-chave:** *Agenda-setting*; *Newsmaking*; Reforma Agrária; Movimentos Sociais; Incra.

## 1. Introdução

Artigo de abordagem interpretativa, a partir de uma análise crítica dos aspectos da pauta da reforma agrária como tensão entre reforma agrária, movimentos sociais e veículo da grande imprensa no Brasil, em ambientes de *newsmaking* e *agenda-setting*. O objetivo é analisar essa tríade e promover uma reflexão/interpretação sobre a divulgação dos discursos relativos aos movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra no Brasil, bem como dos grandes produtores rurais.

Buscou-se ainda na análise crítico/interpretativa do artigo identificar/mensurar os tipos de avaliações e posicionamentos destes veículos da grande imprensa brasileira quando veicula matérias relacionadas à questão agrário-fundiária, notadamente sobre a reforma agrária e pessoas, órgãos e entidades que a defendem. Inclui-se nesta identificação o chamado agronegócio, os grandes proprietários rurais.

Este artigo tem como justificativa a necessidade de se identificar os desafios e dificuldades enfrentadas pela assessoria de comunicação social de movimentos sociais do campo e sindical em conseguir inserção de seus conteúdos nos veículos da grande imprensa, para que os mesmos cheguem à população em geral. É justificável ainda pela pretensa relevância social que este artigo possa vir a ter, pois na medida em que a imprensa - em seus vários níveis, meios e matizes -, veicula e repercute um assunto, mostrando os problemas, as possíveis soluções e cobrando as responsabilidades haverá mais reivindicações neste sentido e, assim ajudará à formação de uma opinião pública responsável,

<sup>1</sup> Mestrando em Comunicação na Universidade Católica de Brasília. E-mail: reginaldoaguiar@hotmail.com.

embasada e qualificada para defender a melhor resolução para questão agrária brasileira.

Acredita-se que este estudo possa colaborar para que haja mais criticidade entre os jornalistas, bem como responsabilidade e imparcialidade nas linhas editoriais desenvolvidas pela imprensa nacional, destacando o que é noticiável para o desenvolvimento do país e o bem da população, independentemente de critério pessoal, ideológico ou empresarial/econômico.

Com uma melhor atuação dos meios de comunicação espera-se que a população seja bem mais informada e, assim, terá maior capacidade de compreender o assunto e emitir opinião. Eliminando ou minimizando-se as omissões, os direcionamentos e as ideologias tendenciosas dos veículos de imprensa junto à população. Desta forma, a população pode ter mais condições de possuir opinião própria e não, quando muito, apenas reproduzirem as ideias de outros, por verem constantemente na mídia.

## **2. Colônia e Império: A Briga por Terras**

A busca por terras, recursos naturais e minérios realizada pelos europeus a partir do século XV em todo o mundo levou a uma enorme ampliação do comércio mundial, se configurando como o início da globalização moderna no planeta, com o fornecimento dos mais diferentes produtos a qualquer um que pudesse pagar os altos preços cobrados.

A base de todo esse comércio - e consequentemente a riqueza gerada a partir dele -, era a terra, pois dela saíam recursos naturais (especiarias, comida, bebidas, plantas, madeira, couro, animais, etc), minérios e escravos. Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra foram os países europeus que mais enriqueceram em 500 anos de exploração do mundo – em terras e povos da África, América e Ásia.

Desde 1500, com a chegada oficial dos colonizadores portugueses no Brasil, que os recursos naturais, minerais e humanos são explorados – resultando em destruição e morte ou mesmo, em muitos casos, genocídio de povos nativos. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, estima que a população em 1500 fosse de 2,4 milhões de índios (IBGE. p.222). Já o censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, indica que na primeira década do século XXI o número de indígenas estava em torno de 890 mil pessoas - distribuídos em aproximadamente 300 etnias.

Na consagrada obra “Casa-Grande & Senzala”, Gilberto Freire, faz uma série de relatos dos cotidianos do Brasil Colônia, em suas primeiras décadas de ocupação/colonização portuguesa. Em um dos trechos do livro Freire cita a formação no Brasil de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida:

“Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição.” (FREIRE. 2003, p.64)

No Brasil, em 1534, foram criadas 14 capitanias hereditárias, que eram divididas em 15 lotes. Dentre os beneficiários, doze, eram elementos da pequena nobreza de Portugal. O donatário da capitania era a autoridade máxima dentro da área, tendo o compromisso de desenvolvê-la com recursos próprios, embora não fosse o seu proprietário. O donatário exercia plena autoridade no campo judicial e administrativo para nomear funcionários e aplicar a justiça. Podia escravizar os indígenas. Aí surgia a exploração da população pelas elites e latifundiários no Brasil.

A situação no campo se agrava com Independência do Brasil, em 1822, pois aumenta o conflito no meio rural, com disputa por terras e poder, como cita a própria página do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Internet.

Em 1822, com a Independência do País, agravou-se o quadro: a troca de donos das terras se deu sob a lei do mais forte, em meio a grande violência. Os conflitos não envolviam trabalhadores rurais (praticamente todos eram escravos), mas proprietários e grileiros apoiados por bandos armados. Só em 1850 o Império tentou ordenar o campo ao editar a Lei das Terras. Contudo, um dos dispositivos (a proibição de ocupar áreas públicas e a determinação de que para adquirir terras só mediante pagamento em dinheiro) reforçou o poder dos latifundiários ao tornar ilegais as posses de pequenos produtores. ([http://www.incra.gov.br/reformaagraria\\_historia](http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia) – acessado em 01.09.2017)

A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, se configurou como a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Isso porque, até a data, não havia nenhum documento específico que regulamentasse a posse de terras. A Lei de Terras foi editada para atender as modificações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passava.

### **3. República e Cidadania: O Acesso ao Latifúndio no Brasil**

Em 1899, com a instauração da República, um ano e meio após a libertação dos escravos, em quase nada melhorou o perfil da distribuição de terras no Brasil. O poder político continuou nas mãos dos latifundiários, os conhecidos coronéis do interior, que estabeleciam em suas terras verdadeiros feudos, onde decidiam quem vivia e trabalhava.

Somente no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, com a ampliação da industrialização do país, a questão fundiária começou a ser debatida mais seriamente pela sociedade brasileira, pois era uma necessidade urgente, já que a nação que se urbanizava rapidamente.

### **4. Ditadura Militar, Movimentos Sociais e Colonização: A Gênese INCRA**

Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e nas vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou as “Ligas Camponesas”, estabelecidas em vários municípios do país, entre os trabalhadores rurais de todo tipo (pequenos agricultores familiares, parceiros, sem-terras, assalariados e diaristas) com dois objetivos: o primeiro era aumentar o número de eleitores do PCB, o segundo era identificar os interesses da classe e organizar a luta ao seu favor. Depois de mudança de governos e muita repressão, as Ligas Camponesas praticamente desapareceram.

Após a tomada do poder no Brasil, em 1964, pelos militares, ressurgiram no Nordeste brasileiro as Ligas Camponesas, que foram duramente combatidas pelo governo. No entanto, como forma de abafar o movimento em favor da democratização de acesso à terra, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no país. O Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de

1964) e são criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à Superintendência de Reforma Agrária (Supra).

## **5. INCRA / Colonização e Reforma Agrária**

Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 traz a aprovação dos “Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária”, que não foram postos em prática. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do IBRA com o INDA.

Desde a fundação do Incra, em 1970, até 1985 o órgão foi usado para realizar uma “Política de Estado”, de incentivos à ocupação da Amazônia e Centro-Oeste nos programas de colonização oficial, de colonização particular e de regularização fundiárias de grandes áreas de terras públicas. Este foco muda um pouco com a aprovação efetiva do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), em 1985 (por meio do Decreto nº 91.766), que tinha dentre outras metas o assentamento de um milhão e quatrocentos mil famílias. O I PNRA provocou inúmeras reações de forças políticas contrárias à realização de um amplo programa de reforma agrária e isso resultou na extinção do Incra, em outubro de 1987. Após muita pressão de movimentos sociais, políticos defensores da causa, sindicalistas e servidores, o Incra foi restabelecido em 29 de março de 1989, vez que o Congresso Nacional rejeitou o Decreto-lei 2.363, de 23 de outubro de 1987. No entanto, o órgão permaneceu praticamente paralisado, por falta de verba e de apoio político.

Embora tenha seu quadro de pessoal severamente reduzido de nove mil (entre os anos 70 e 90) para 4,5 mil servidores (atualmente) o Incra teve nos últimos anos sua atuação territorial acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios de todo o país. Ao mesmo tempo, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou em 135 vezes – saindo de 67 para 9.369 unidades, cuja área total passou de 9,8 milhões de hectares para pouco mais de 88,4 milhões de hectares. Já o número de famílias assentadas passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, ou quatro milhões de pessoas.

Atualmente são atendidos diretamente pelo Incra cerca de 10 milhões de brasileiros, entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de reservas extrativistas. Além de executar a política de reforma agrária no Brasil, o Incra é também o responsável pela desintrusão (realocamento) de não-índios e da regularização de terras das comunidades remanescentes de quilombo. Contabiliza-se no Brasil (segundo dados do próprio Incra) 2.648 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Outro público atendido pelo Incra é de proprietários rurais, com cerca de 5,7 milhões de imóveis rurais particulares, já que o Instituto é também o gestor do Cadastro Rural de terras e responsável pela certificação de georreferenciamento de imóveis rurais. O Incra ainda emite o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), que é um documento indispensável para transferir, arrendar, hipotecar, desmembrar, partilhar (divórcio ou herança) e obter financiamento bancário.

## **6. Reforma Agrária**

Entende-se por Reforma Agrária a transferência de domínio de terras dos latifundiários para famílias que historicamente tiveram relação com o meio rural, mas não têm posse dessas áreas importantes para a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

De acordo com o pesquisador e especialista em Reforma Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no âmbito do capitalismo, essa política aparece como necessidade do capital resolver a questão

social advinda da concentração das terras:

Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital (OLIVEIRA, 2007, p.67).

Em termos técnicos, a reforma agrária é um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas com objetivo de mudar a estrutura fundiária de uma determinada região ou país. Ela ocorre pela mudança na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda, com objetivo de garantir melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

## **7. Movimentos Sociais do Campo**

São chamados de movimentos sociais do campo as entidades e grupos que reúnem trabalhadores rurais, das mais diversas atividades (a exemplo de agricultores familiares, sem terra, extrativistas, pescadores) e cujas pautas centrais/principais bandeiras de luta estão: a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho e o combate ao processo de substituição do homem pela máquina.

Atualmente há centenas de agremiações que representam trabalhadores rurais, embora historicamente as dificuldades para criar e manter atuante tais instituições tenham sido muito grandes. Mas como os problemas agrários e fundiários do Brasil sempre foram enormes, os trabalhadores continuam se organizando, mesmo sofrendo as mais diversas pressões, censuras e até assassinatos.

Exemplo de momento marcante do processo de organização da luta e dos movimentos sociais foi quando em plena ditadura militar brasileira, ocorreu, em maio de 1979, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O evento contou com a presença de cerca de 1.600 dirigentes sindicais, representantes de todo o país. As bases do discurso e defesa dos movimentos sociais até hoje estão nas reivindicações apresentadas no evento, como destaca Leonilde Sérvolo de Medeiros:

No que diz respeito ao conteúdo das reivindicações, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira do movimento sindical. A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas (MEDEIROS, 1989, p. 116)

## **8. A Moral e o Outro nas Disputas nos Espaços Público e Midiático**

Para piorar a situação do Incra e da política de reforma agrária, os veículos da grande imprensa praticam cotidianamente (principalmente nos seus programas jornalísticos e de entrevista) ataques aos movimentos sociais do campo.

Por outro lado, estes mesmos veículos da grande imprensa fazem elogios à agricultura em larga escala. O argumento de que é a “Linha Editorial” do veículo de imprensa que destaca/valoriza setores promotores do desenvolvimento do Brasil não tem sido suficiente para sustentar essa postura, que é vista por especialistas como um desrespeito à posição do outro.

O desleixo com o outro ator da relação fere regras morais intrínsecas há gerações na cultura da civilização ocidental. Regras essas, cuja engenharia interna são detalhadas por um dos principais pensadores críticos da atualidade, Jürgen Habermas:

Regras morais operam fazendo referências a si mesmas. Sua capacidade de coordenar as ações comprova-se em dois níveis de interação, acoplados de modo retroativo entre si. No primeiro nível, elas dirigem a ação social de forma imediata, na medida em que comprometem a vontade dos atores e orientam-na de modo determinado. No segundo nível, elas regulam os posicionamentos críticos em caso de conflito. (HABERMAS, 2002, p.12).

Habermas argumenta ainda que essa ideia de moral elevada, que deve respeitar o outro – independentemente de sua etnia, lugar de nascimento ou moradia, sexo, orientação sexual, política ou cultural, profissão, urbano ou rural, idade, classe social, instrução -, vem impregnada no design racional das pessoas. O pensador crítico aponta que a inclusão e cooperação de pessoas e grupos diferentes/minoritários é uma expectativa compartilhada por membros das sociedades modernas.

Ainda no aspecto inclusão do outro, Habermas destaca o problema da relação entre grupos de cultura majoritária e as minorias “inatas” - que são apontadas como segmentos populacionais excluídos, tanto dos processos de decisão política majoritários e debates públicos subjacentes, quanto dos padrões culturais compartilhados:

O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária no exercício do poder político impinge às minorias sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas, que tocam o auto-entendimento ético e a identidade dos cidadãos. Nessas matérias, as minorias não devem ser submetidas sem mais nem menos às regras da maioria (HABERMAS, 2002, p.164).

No escopo de análise deste artigo identifica-se que entre os grupos populacionais socialmente minoritários – a exemplo dos citados por Habermas -, estão os atendidos diretamente pelo Incra, como sem terras, assentados e quilombolas. Já entre os majoritários, estão os ruralistas - que são os grandes proprietários de imóveis rurais, com íntima relação com a mídia, forças coercitivas judiciais/policiais e políticos.

## 9. Teoria Newsmaking

O processo “industrial” de construção da notícia nos grandes veículos de imprensa no Brasil é realmente dificultoso para os profissionais/jornalistas. Wolf explica como se dá essa mecanização:

Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar com base em fenômenos idiossincráticos. Teve reduzir todos os fenômenos a classificações construídas para este fim, do modo que os hospitais que “reduzem” cada paciente a um conjunto de sintomas e de doenças [...]. Essas exigências ligadas

à superabundância de acontecimentos indicam que os aparatos de informação, com o objetivo de produzir notícias, devem satisfazer (entre outras coisas) três tarefas:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um evento desconhecido (inclusive dos excepcionais) como acontecimento noticiável;
2. devem elaborar modos de relatar os eventos que não levem em conta a pretensão de cada acontecimento de ser uma exposição idiossincrásica;
3. devem organizar o trabalho temporal e espacialmente de maneira tal, que os eventos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de modo planejado. Essas tarefas estão inter-relacionadas (TUCHMAN, apud WOLF, 2005, p. 194/195 grifos do autor)

Para além da declaração de que “as notícias são o que os jornalistas definem como tal” (ALTHEIDE, apud WOLF, 2005, p.196) os critérios de noticiabilidade de um fato / ato / evento depende de uma série de requisitos, destacados por WOLF:

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a existência pública de notícias. Tudo o que não responde a esses requisitos é “selecionado”, uma vez que não se mostra adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional: não conquistando o estatuto público de notícia, permanece simplesmente um evento que se perde na “matéria-prima” que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. (WOLF, 2005, p. 195, grifos do autor)

Na teoria newsmaking, ainda no âmbito da noticiabilidade, há o aspecto dos valores/notícia (news values), que é resposta à pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, p. 202). Assim, os valores/notícia são critérios de relevância/importância que estão distribuídos por todo o processo de produção – passando pela seleção das notícias, recomposição e distribuição. Entre os critérios dos valores/notícia, existem aqueles “relativos ao acréscimo ou à supressão de notícias [que podem ser definidas como] inclusivas e exclusivos (inclusionary/exclusionary)” (GANS, apud WOLF, 2005, p. 204).

No entanto, a rigidez dos critérios da noticiabilidade e valores/notícia não conseguem eclipsar todos os fatos recorrentes na sociedade. Um exemplo disso é a cobertura que os grandes veículos de comunicação são obrigados a fazer dos “chamados single issue movements, ou seja, os movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil [...], ultrapassando as divisões e estratificações ideológico-partidárias tradicionais” (WOLF, 2005, p.205). Segundo Wolf:

Esses movimentos começam a fazer notícia, a superar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tomaram significativos e relevantes o bastante para encontrar o interesse do público, ou quando dão lugar a eventos estudados propositalmente para irem ao encontro das exigências da mídia. [...] À medida que a integração em nível de noticiabilidade prossegue, os meios de comunicação de massa são estruturalmente levados a falar desses movimentos e a difundir sua imagem. [...] Esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e não mais ocasionais e controversas) dos aparatos da mídia. (WOLF, 2005, p. 205 e 206)

Avalia-se que na categoria de single issue movements podem ser incluídos os movimentos sociais e sindicais do campo defensores da democratização de acesso à terra no Brasil, a exemplo de

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT) e Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL). Vez por outra integrantes desses movimentos realizam marchas, ocupações de fazendas, prédios ou estradas, entre outras atividades, como forma de chamar a atenção da imprensa, lideranças políticas e população em geral para suas pautas de reivindicações. Apesar de atos destes tipos já tenham se tornado rotineiros e a imprensa muitas vezes não os divulgar, em determinados momentos ou campanhas (como a do Abril Vermelho – que é formado por uma série de atos em defesa da reforma agrária e para protestar contra injustiças, a exemplo do chamado “Massacre de Eldorado dos Carajás”, quando vinte e uma pessoas que participavam de uma marcha de trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás (PA) foram mortas pela Polícia Militar do Pará. O fato ocorreu em 1996 e todo ano é lembrado por uma jornada nacional, que inclui ocupações de imóveis rurais, estradas e prédios públicos, como forma de dar visibilidade ao caso). Mesmo não se adequando detalhadamente aos critérios de noticiabilidade “estabelecidos” pela imprensa, as ações dos movimentos sociais ganham algum espaço na mídia – embora muitas vezes sejam distorcidos seus objetivos, o que por vezes leva a população a se posicionar contrário às pautas e ações dos movimentos.

Dentro do aspecto de valores/notícia, a teoria newsmaking inda abrange uma série de critérios técnicos que vão nortear “o fazer notícia” pelos meios de comunicação substantivos. Entre estes, estão os critérios substantivos, que se articulam sobre dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Segundo Wolf (2005, p. 208) estes, são determinadas por quatro variáveis: 1- grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos; 2- impacto sobre a nação; 3- quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; 4- relevância e significatividade futura do fato.

A abordagem valores/notícia ainda se ocupa de alguns outros critérios, a exemplo dos relativos ao produto (nível de acesso às informações e se requer grande investimento de recursos financeiros e humanos), ao meio de comunicação (cada tipo de veículo – TV, rádio, impresso, “internético”, etc -, vai avaliar a possibilidade de veicular o fato, como fazer e em que intensidade), ao público (nível de conhecimento do fato e interesse sobre ele), à concorrência (se já foi divulgado, quando e como).

As rotinas produtivas dos meios de comunicação também são abordadas pela teoria newsmaking, que as dividem em três fases: a coleta, a seleção e a apresentação. Os procedimentos rotineiros de recolhimento de informações que serão transformadas em notícias, bem como suas fontes, podem determinar o direcionamento do conteúdo – fazendo defesa de algo ou rejeitando outro aspecto/ator social. Bechelloni chama de “profissionalismo político” a capacidade que alguns atores têm em interagir com a imprensa, influenciar no recolhimento de informações e “criar” notícias:

O profissionalismo “político” consiste na capacidade de conhecer e dominar - de modo e formas que também não são explícitos - um conjunto de regras produzidas pelas relações que se estabelecem numa determinada sociedade entre sistema político, campo cultural e mercado. Em particular, a interação social dos indivíduos que agem nesses três campos da ação social produz uma determinada definição de “notícia” e uma determinada organização do trabalho jornalístico. (BECHELLONI, apud WOLF, 2005, p. 230).

O poder e a importância que determinada pessoa tem pode torná-la fonte para os mais diferentes assuntos, levando em casos extremos a direcionar a produção dos conteúdos. “Quanto aos que não têm poder, é mais difícil que se tornem fontes [...] enquanto suas ações não produzirem acontecimentos noticiáveis, por serem moral ou socialmente negativos”. (GANS, apud Wolf, 2005, p. 235)

## 10. Teoria Agenda-Setting

Histórica e epistemologicamente é atribuído ao jornalista norte-americano Walter Lippmann a base da teoria do agendamento, quando ele, ainda em 1922, propôs uma análise crítica sobre a legitimidade da opinião pública nas sociedades de massa, baseado-se na impossibilidade de conhecimento direto da realidade. No seu livro, *Opinião Pública*, ele propõe a separação entre “mundo exterior” e as “imagens das nossas cabeças”.

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas”. (LIPPMANN, 2008, p.40).

De acordo com Lippmann, como as pessoas não conseguem, mesmo por meio de uma experiência individual, ter acesso direto à realidade. Segundo ele, os meios de comunicação teriam um importante papel na disponibilização destas imagens e na estruturação cognitiva deste ambiente de realidade construída.

Lippmann considera que, essas imagens vão se cristalizando, com o tempo, dando a sensação que aquilo apresentado a ele, cidadão comum, pela mídia é uma realidade verdadeira. O conjunto dessas visões e realidades forma a média das opiniões e vira opinião pública. Assim, quem controla os meios de comunicação, produz as imagens e assim cria realidades, o que leva à construção de opinião pública.

Hipótese do Agendamento ou teoria Agenda-setting, surgiu década de 70 do século XX, quando Maxwell McCombs e Donald Shaw propuseram que as pessoas tendem a considerar mais importantes os temas veiculados com destaque na imprensa.

A hipótese do agenda-setting desenvolve-se partindo de um interesse geral para o modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade circundante. A metáfora do agenda-setting é uma macrodescrição desse processo [...]. Ela se baseia em algumas admissões e interrogações específicas sobre o tipo de estratégias ativadas pelos indivíduos quando eles estruturarem o seu próprio mundo. Por exemplo, a típica medida da agenda da mídia - que articula os temas conforme a frequência das suas referências - baseia-se no pressuposto de que a frequência com que um tema ou argumento aparece, é uma indicação relevante usada pelos destinatários para avaliar sua saliência (MCCOMBS, apud WOLF, 2005, p.167 (grifo do autor)

Em resumo, “a teoria da agenda é sobre a transferência da saliência de uma agenda para outra. As porções melhor desenvolvidas da teoria focam no elo existente entre a agenda da mídia e a agenda do público” (MACCOMBS, 2009, p.182)

Segundo alguns estudiosos da teoria, mesmo que as notícias veiculadas na imprensa, não busquem, necessariamente, determinar o que as pessoas pensam sobre algum assunto específico, os dados das diversas pesquisas, realizadas ao longo das últimas décadas, demonstram que elas são bem-sucedidas em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto e não sobre outros, como aponta Shaw:

A hipótese da agenda-setting não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir. [...] A asserção fundamental da agenda-setting é que a compreensão das pessoas em relação a grande

parte da realidade social é modificada pelos de comunicação de massa. (SHAW, apud WOLF, 2005, p. 143).

Este argumento é reforçado pela carência de orientação do público, como forma de ter uma posição em relação aos fatos que estão ocorrendo. Isso, por que “quanto maior for a necessidade de orientação que as pessoas têm no âmbito de assuntos públicos, maior é a probabilidade delas atentarem para a agenda da mídia” (MACCOMBS, 2009, p.94)

Evidentemente que na “concorrência” pela influência do público existem outras fontes de informações. Já que “os mass media não é nossa única fonte de informação aos assuntos públicos. A experiência pessoal, que inclui conversações com família, amigos e colegas de trabalho também nos informa sobre muitos temas” (MACCOMBS, 2009, p.99)

No agendamento há uma série de fatores que contribuem para que determinado veículo da imprensa divulgue determinado conteúdo, com determinado enquadramento. Um enquadramento aplicado à agenda midiática é “a ideia central que organiza o conteúdo noticioso que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata, através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (TANKARD, apud MACCOMBS, 2009, p.137). Este contexto fornecido integra o processo do agendamento dos assuntos pelo público e isso ocorre, segundo teóricos, pela aprendizagem:

“À medida que os holofotes itinerantes da mídia se movem de objeto em objeto e ao longo dos atributos destes objetos em sua vigilância do ambiente, uma variedade de aprendizagens ocorre no público. Inicialmente, através da exposição à mídia, as pessoas tornam-se conscientes de elementos importantes no ambiente que estão além da sua compreensão pessoal imediata concedendo-lhe importância particular para selecionar alguns deles. Este aspecto da aprendizagem é o núcleo do processo do agendamento” (MACCOMBS, 2009, p.206)

Dentro da teoria agenda-setting um dois aspectos mais importantes para se conseguir o agendamento pelo público é a tematização. “Tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar a sua centralidade e o sua significatividade em relação ao fluxo ao fluxo normal informação não-tematizada” (Wolf, 2005, p.165). Segundo Rositi, a tematização se insere na agenda-setting como uma modalidade particular, sendo que sua função é:

Selecionar ulteriormente [...] os grandes temas sobre os quais há que concentrar a atenção do público e mobilizá-la para as decisões. O que então distingue um tema de um evento ou de uma classe de eventos, à qual já tenham sido atribuídos relevância e maior empenho de comunicação, é, nesta acepção, não apenas a reunião de uma série de eventos e com uma duração consistente, dentro de uma seção ad hoc (específica, temporal e espacialmente limitada), mas o fato de se fazer convergir essa mesma série de eventos na indicação de um problema que tenha um significado público e que reivindique uma solução (ou decisão). (ROSITI, apud WOLF, 2005, p.165).

O processo de construção de um agendamento tem algumas fases, sendo coletivo e passando por um com certo grau de reciprocidade, como detalha Lang – Lang:

1. a mídia enfatiza um acontecimento, uma ação, um grupo, uma personalidade etc., de modo que passa para o primeiro plano. [...] Esta é a fase da focalização, mas é apenas a primeira, necessária, porém insuficiente, para determinar a influência cognitiva por si mesma;
2. o objeto focalizado pela atenção da mídia deve ser enquadrado à luz de algum tipo de problema que ele representa: é a fase do framing, do “delineamento” de um

quadro interpretativo para o que foi coberto intensivamente;

3. na terceira fase, cria-se um vínculo entre o objeto ou o evento e um sistema simbólico, de modo que o objeto torna-se parte de um panorama social e político reconhecido; é a fase em que os meios de comunicação de massa são decisivos na ligação de acontecimentos discretos, descontínuos em relação a um fato constante, que se desenvolve sem solução de continuidade;

4. por fim, o tema ganha peso se puder personificar-se em indivíduos que se tornem seus “portavozes”. A possibilidade de dar forma à agenda está, em grande parte, na sua habilidade de dirigir a atenção da mídia, num processo de ênfase que repropõe todo o ciclo de fases. (LANG - LANG, apud WOLF, p. 179)

Neste aspecto, reside o maior problema do agendamento – o direcionamento. Esse direcionamento é feito por uma pessoa, grupos políticos e financeiros que buscam poder e riqueza. Isso leva a uma série de questionamentos: quem faz a agenda da mídia? Qual objetivo em divulgar algo e com determinado enfoque em detrimento de outros temas?

## 11. Quem Manda na Mídia Brasileira

Um levantamento do projeto “Donos da Mídia”, que reuniu dados públicos e informações para montar um panorama completo da mídia no Brasil, apontou, ainda em 2008, que 271 políticos são sócios ou diretores de empresas de radiodifusão no país. Esses números não contabilizam aqueles que têm relações informais ou indiretas, como por exemplo, por meio de parentes ou “laranjas”. O “Donos da Mídia” é projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), que mapeou os políticos que são proprietários de empresas de mídia, por meio do cruzamento de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com a lista de parlamentares do país. O levantamento detalha que destes 271, 147 são prefeitos, 55 deputados estaduais, um governador, 48 deputados federais e 20 senadores com vínculo direto e oficial com os meios de comunicação.

Segundo divulgação sobre o caso pelo Intervozes – que é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil e é integrado por ativistas e profissionais com formação e atuação em diversas, a exemplo: comunicação social, direito, arquitetura, artes, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal -, a maioria dos partidos tem políticos dono de veículos de comunicação:

Dos 27 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 20 estão representados por políticos como proprietários de veículos de radiodifusão. Os políticos do DEM saem na frente com 58 veículos e representam 24,1% do total da classe sócia de meios de comunicação. Os filiados ao PMDB aparecem em segundo lugar com 48 veículos em seu poder (17% do total), seguido dos políticos do PSDB com 43 canais de TV ou rádios. (<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21250> – acessado em 01.09.2017)

Como parceiros diretos ou mascarados por trás destes políticos estão grandes grupos empresariais e financeiros multinacionais que buscam, além de riqueza e poder, manter controle sobre o que é veiculado, como é veiculado e quando é veiculado. Segundo o então coordenador do projeto “Donos da Mídia”, James Görgen, o “limite entre o jornalismo de qualidade transmitido nos veículos em questão se contrasta com os interesses da classe política. A questão é saber até que ponto o veículo é isento no processo de elaboração da notícia” (<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21250> – acessado em 01.09.2017)

## 12. Censura aos Movimentos Sociais do Campo

Um dos exemplos comprovados de censura da mídia brasileira aos movimentos sociais do campo, destacadamente àqueles que defendem a reforma agrária, é a pesquisa realizada pelo Intervozes, sobre a cobertura da imprensa sobre o MST, durante o período da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 2010 que investigou o movimento.

O resultado desta pesquisa foi documentado no relatório “Vozes silenciadas”, que após análise de cerca de 300 matérias jornalísticas sobre o movimento em TV, jornal impresso e revista, ficou comprovado o uso de termos negativos, a pouca relevância dada às bandeiras do MST e a sua exclusão como fonte.

Para o material, houve análise de matérias que citaram o MST em três jornais de circulação nacional (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo); três revistas também de circulação nacional (Veja, Época e Carta Capital); e os dois telejornais de maior audiência no Brasil: Jornal Nacional, da Rede Globo, e Jornal da Record. A pesquisa foi realizada no período de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2010 - duração das investigações de uma CPMI sobre o MST.

O estudo concluiu que o MST não era central nas matérias que o citam, na maior parte dos casos. Cerca de 60% das matérias utilizaram termos negativos para se referir ao movimento e suas ações. Entre os negativos, o termo que predominou foi “invasão” e seus derivados, como “invasores” ou o verbo “invadir”. Ao todo, foram usados 192 termos negativos diferentes, entre expressões que procuram qualificar o próprio MST ou suas ações. Ato violentos são citados na maioria dos textos, relacionando diretamente movimento e a violência.

## 13. Conclusões

Há uma verdadeira incoerência em termos de cobertura, espaço e imparcialidade nas produções jornalísticas de veículos da grande imprensa (aqui enquadrados os conglomerados de mídia hegemônica) brasileira quando se trata da questão agrária e fundiária, relacionadas às reivindicações dos movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra no Brasil.

O tratamento dispensado e o espaço disponibilizado são completamente diferentes quando a grande imprensa destaca as experiências e projetos agropecuários de larga escala – caracterizado por grandes áreas, poucos donos, pequena mão-de-obra, alta mecanização, monocultura, exportação, etc. Esses empreendimentos são supervalorizados pela mídia do país que os apresenta como a solução para os conflitos agrários e a pobreza do meio rural brasileiro.

Também se percebe com alguma facilidade que os veículos da grande imprensa não dão equivalente espaço e importância nem mesmo às experiências que deram certo, a partir de projetos de reforma agrária, em comunidades quilombolas e agricultura familiar. Os movimentos sociais do campo e sindicais favoráveis à democratização de acesso à terra e subsídios para fazê-la produzir acusam a grande imprensa de os criminalizar, quando os aponta como deturpadores da ordem pública, invasores de propriedade particulares – mesmo quando estas são griladas da União por agropecuaristas, utilizam trabalho escravo e desrespeitam a legislação ambiental. Exemplo das manifestações de movimentos sociais denunciando sua criminalização ocorreu durante a 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em maio de 2017, em São Paulo. Na oportunidade, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fizeram ato de lançamento do manifesto, que em determinado trecho acusa a mídia:

Responsabilizamos a mídia sob liderança da Rede Globo que criminaliza os movi-

mentos populares do campo e indígenas, criando um clima que legitime a repressão policial e das milícias armadas dos latifundiários. Esse comportamento também provoca a violência contra movimentos populares urbanos, como aconteceu em Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, durante a Greve Geral. Responsabilizamos o Poder Judiciário e o Ministério Público, como classistas, seletivos em suas ações, partidariizados e com nítido viés elitista e preconceituoso contra a população pobre do campo. Continuaremos lutando pela Reforma Agrária em nosso país e em defesa da demarcação das terras indígenas e da população quilombola. Por uma Reforma Agrária Popular que garanta terra para trabalhar, respeito à natureza e alimentos saudáveis para todo povo! (<http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html> - acessado em 01.09.2017)

O contraponto aos grandes produtores rurais é a chamada agricultura familiar - que se caracteriza pela pequena propriedade, preservação ambiental, mão-de-obra própria, baixa mecanização, polivalência de cultura produzidas, produção em família ou juntamente com grupos e associações de produtores rurais e direcionada ao mercado interno.

Na análise realizada neste artigo, fica a impressão de existir uma rejeição pela lógica do debate, do contraditório, das diversas versões de um mesmo caso - alguns componentes do bom jornalismo -, o que mostra uma face parcial de um setor da sociedade considerado por muitos como vanguardista. Os posicionamentos tomados parecem uma ‘simbiose’ de interesses financeiros, ideologia política, oligarquia de uma dos mais antigos apegos da humanidade – a materialidade de poder, por meio da ostentação e concentração de grandes propriedades rurais, mesmo que estas sejam subutilizadas.

Como os donos do poder econômico e político do Brasil são também donos dos grandes veículos de comunicação, nesta condição, controlam o newsmaking, o processo “industrial” de construção da notícia na mídia, controlam os critérios de noticiabilidade e dos valores/notícia de um fato/ato/evento, controlam o “profissionalismo político” de guiar a linha editorial e as fontes de informação e, assim, valorizam algo e eclipsam fatos. Até mesmo o single issue movements - movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil -, são acompanhados de muito perto pelos controladores da imprensa, que tem pouca margem de divulgação dos atos reivindicatórios de tais movimentos.

O mesmo controle minucioso dos poderosos se aplica ao agendamento, a agenda-setting, com forma de dar direcionamento à transferência da saliência [destaque] de uma agenda midiática para a do público, direcionar o enquadramento aplicado ao conteúdo noticiado, direcionar a tematização de um problema ou um fato para colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, como forma de conquistá-lo de forma continuada para as abordagens de pontos de vista/opinião que não abalem o poder dos donos do poder. Em boa parte das vezes isso ocorre de forma contínua e de maneira subliminar, para parecer apenas como um comportamento coletivo comum da sociedade, da cultura de determinada população. E assim, inodora (sem cheiro), insípida (sem sabor), incolor (sem cor), as visões, o pensamento e o comportamento das pessoas são direcionados.

Portanto, levando-se em consideração às teorias, dados e fatos aqui apresentados, conclui-se que os veículos da grande imprensa brasileira passam uma imagem retrógrada e pouco dialética com divulgação de conteúdos que não levam em conta nos pontos de vista e defesas dos movimentos sociais do campo e sindicais em relação à questão agrária/fundiária brasileira

Essas posturas coloniais e politicamente contestáveis sobre a democratização de acesso à terra disseminadas por veículos da grande imprensa de regiões ricas e que não dependem financeira nem ideologicamente do agronegócio terminam por ser reproduzido e até defendidos por meios de comunicação de estados pouco desenvolvidos e com tradição em oligarquia, levando-se à introjeção desta visão no pensamento e postura das pessoas comuns – efetivando negativamente o agendamento

daquele tema. Isso prejudica o desenvolvimento de um debate inteligente, lógico e racional sobre o destino das áreas de terras destinadas à agricultura e pecuária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 3ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2016.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento** - Fragmentos Filosóficos. edição eletrônica: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>, 1947

BOURDDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** - Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro** – Estudos de Teoria Política. São Paulo: Loyola, 2002

HOHFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz, FRANÇA, Vera (orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

KUNSCH, Margarida M. K. (org.). **Comunicação Organizacional**. Volume I. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MAGALHÃES, Manuel Vilela de. **Produção e Difusão da Notícia**. São Paulo: Editora Atlas, 1979.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda** – a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de massa**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

## ARQUIVOS ELETRÔNICOS

INCRA - [http://www.incra.gov.br/reformaagraria\\_historia](http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia) – acessado em 01.09.2017)

IBGE - Brasil: **500 anos de povoamento**, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>

## INTERVOZES

1 - **Donos da Mídia** - <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21250> – acessado em 01.09.2017)

2 - **Vozes silenciadas** - <http://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas/> – acessado em 01.09.2017)

MST-<http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html> – acessado em 01.09.2017)